

GESTÃO DE CUSTOS

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, regulamentada por meio da Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, foi elaborada a fim de atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistemática de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Órgão.

Foi desenvolvida uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia objetiva adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em quase de 2.200 municípios e de possuir mais de 2.700 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática de custos que permitisse a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos.

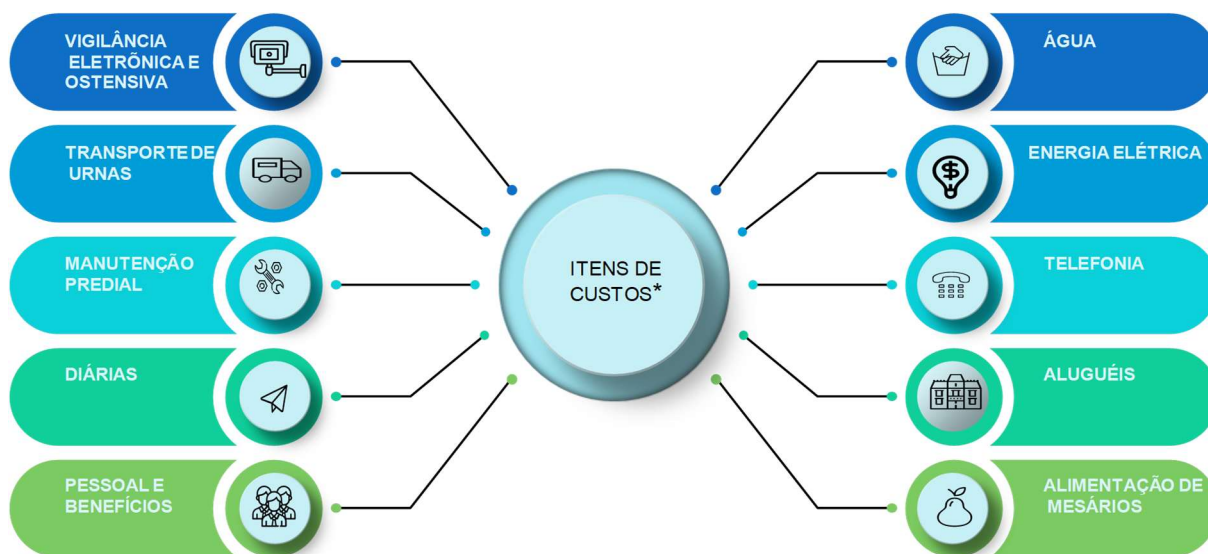
Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido sistema denominado “Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – SIGEC”, onde são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, de captação de dados realizada junto aos Tribunais Eleitorais. Essa captação é gerida pela Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SOF/TSE, sendo esta a Setorial de Custos da Justiça Eleitoral.

O fluxo do processo da apuração de custos ocorre da seguinte maneira:



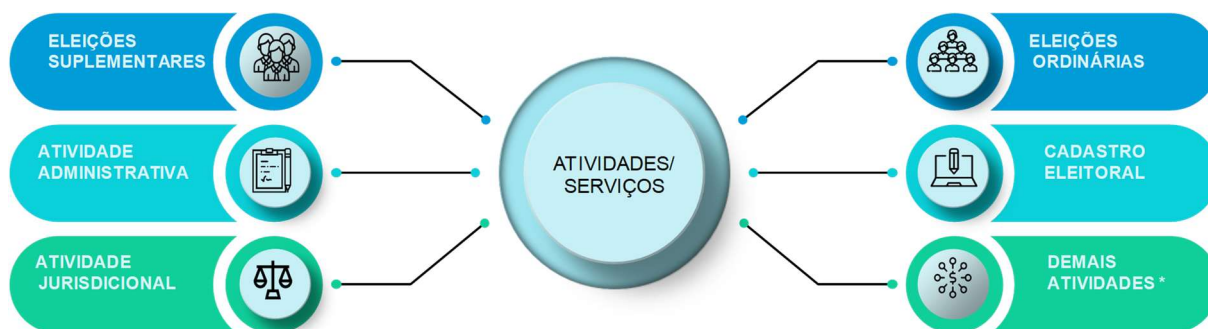
Nessa metodologia existem dois eixos de informações, “Itens de Custos” e “Atividades/Serviços”.

No eixo dos “**Itens de Custos**”, procura-se responder à questão “**Com o quê?**”, e apresenta a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



*Atualmente são 48 itens de custos

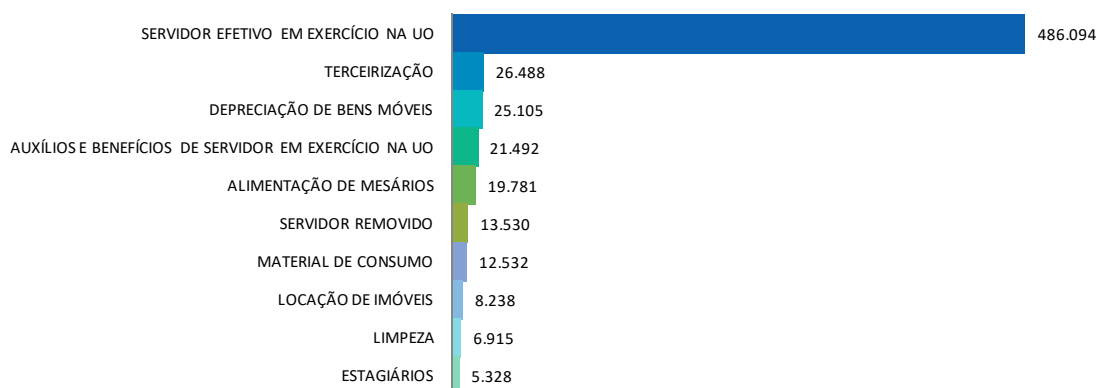
No eixo das “**Atividades/Serviços**”, procura-se responder à questão “**Para quê?**”, e apresenta o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados:



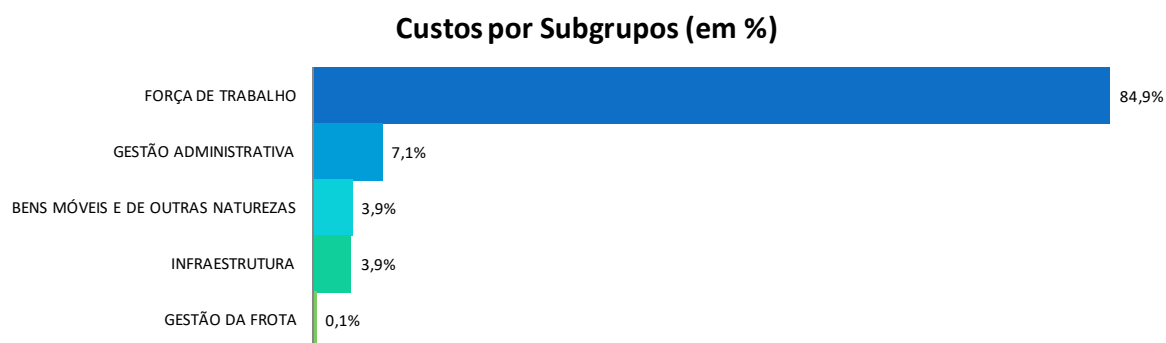
*Pode-se ter até 10 Atividades/Serviços, e algumas, como os Plebiscitos, por exemplo, ocorrem apenas esporadicamente.

Relativamente aos custos apurados do **Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais no exercício de 2022**, que somam um total de R\$ 660.991.294,96, os 10 maiores itens de custo são os demonstrados no gráfico a seguir:

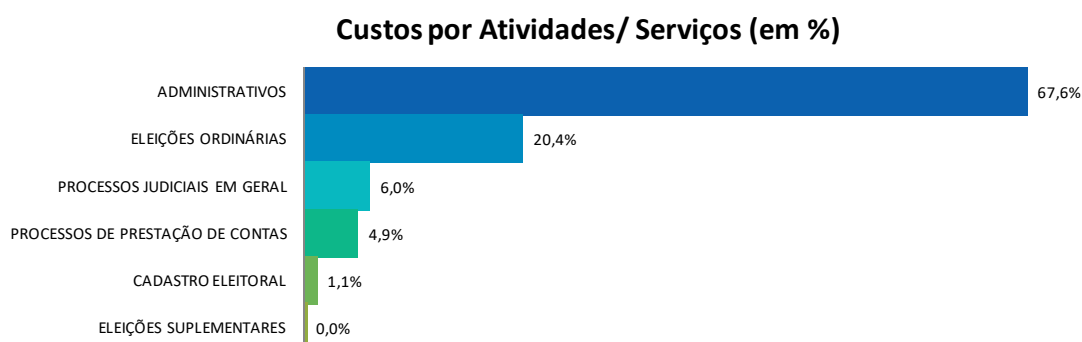
10 maiores itens de custos (em R\$ mil)



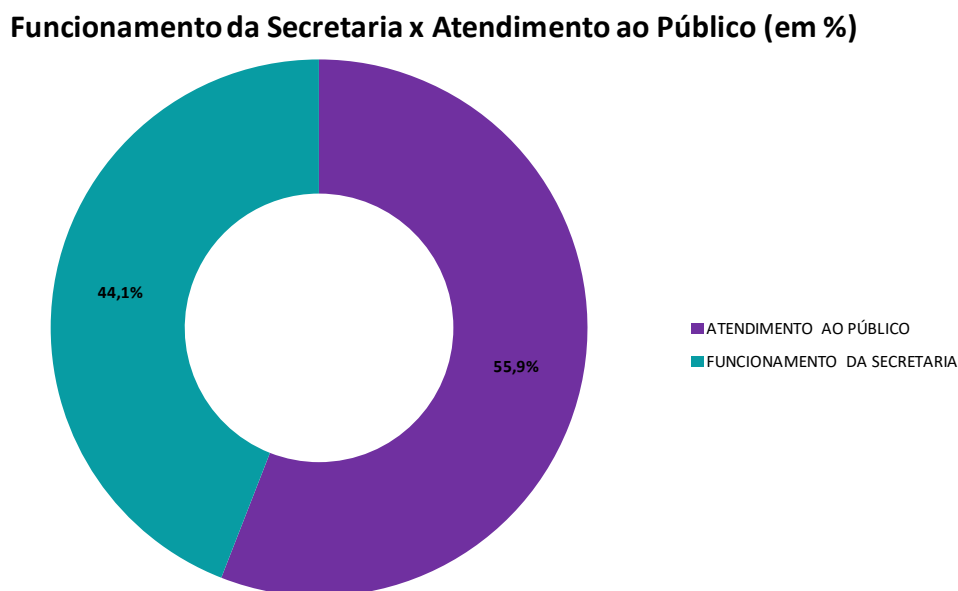
Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de Subgrupos, temos a seguinte distribuição:



Os dados das Atividades/Serviços estão representados abaixo:



Quanto à distribuição dos custos entre o Atendimento ao Público e o Funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:



Por fim, cumpre ressaltar que as informações de custos estão em constante aprimoramento e amadurecimento, com a incorporação de novas técnicas e ferramentas, na busca por contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral. Ademais novos relatórios gerenciais têm sido disponibilizados com base na apuração de custos realizada, buscando ampliar a usabilidade das informações por parte dos gestores da Justiça Eleitoral.

BENS MÓVEIS E DE OUTRAS NATUREZAS	
AMORTIZAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	108.239,10
DEPRECIACÃO DE BENS MÓVEIS	25.105.096,66
LOCAÇÃO DE MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS	64.342,69
MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO	803.107,17
MANUTENÇÃO DE SOFTWARE	19.660,00
TOTAL	26.100.445,62

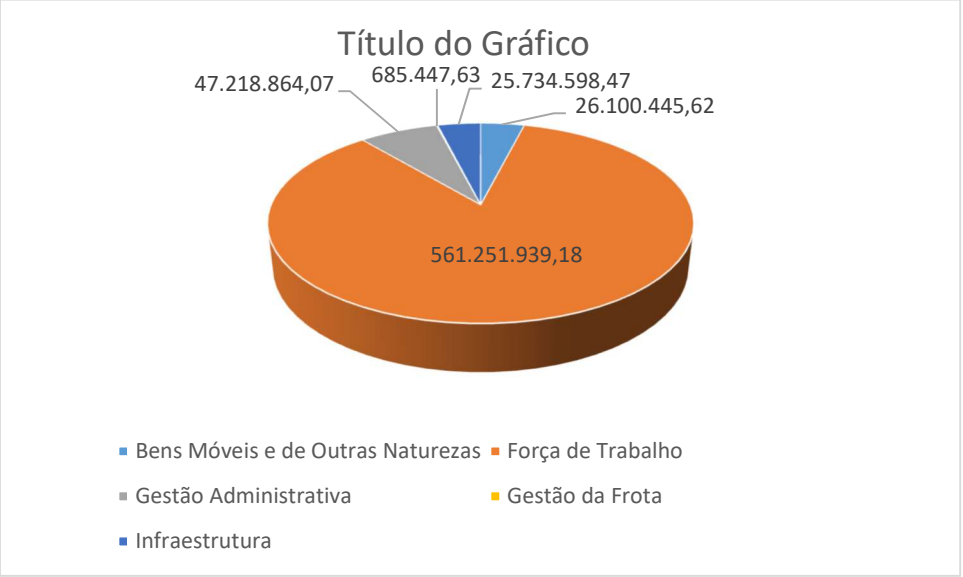
FORÇA DE TRABALHO	
AUXÍLIOS E BENEFÍCIOS DE SERVIDOR EM EXERCÍCIO NA UO	21.492.385,08
AUXÍLIOS E BENEFÍCIOS DE SERVIDOR EM EXERCÍCIO PROVISÓRIO	45.455,38
AUXÍLIOS E BENEFÍCIOS DE SERVIDOR REMOVIDO	866.051,65
AUXÍLIOS E BENEFÍCIOS DE SERVIDOR REQUISITADO	1.067.915,73
AUXÍLIOS E BENEFÍCIOS DE SERVIDOR SEM VÍNCULO	32.252,30
DIÁRIAS	858.336,63
ESTAGIÁRIOS	5.328.413,25
SERVIDOR EFETIVO EM EXERCÍCIO NA UO	486.093.680,73
SERVIDOR EM EXERCÍCIO PROVISÓRIO	536.926,10
SERVIDOR REMOVIDO	13.529.890,83
SERVIDOR REQUISITADO	4.386.121,82
SERVIDOR SEM VÍNCULO	526.045,98
TERCEIRIZAÇÃO	26.488.463,70
TOTAL	561.251.939,18

GESTÃO ADMINISTRATIVA	
ALIMENTAÇÃO DE MESÁRIOS	19.780.590,00
CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO	998.084,30
CONCURSO	-
FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	153.016,98
FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	1.973.477,95
MATERIAL DE CONSUMO	12.532.368,18
OFICIAIS DE JUSTIÇA	552.182,72
PASSAGENS E TRANSPORTES DE PESSOAS	430.255,61
SEGUROS	100.834,65
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE E ASSINATURAS DE PERIÓDICOS	901.053,83
SERVIÇOS EVENTUAIS	1.095.964,42
TELEFONIA	717.617,12
TELEPROCESSAMENTO	4.825.753,48
TRANSPORTE DE URNAS	3.157.664,82
TOTAL	47.218.864,07

GESTÃO DA FROTA	
COMBUSTÍVEIS	292.616,06
DEPRECIACÃO DA FROTA	313.994,84
MANUTENÇÃO DA FROTA	78.836,73
TOTAL	685.447,63

INFRAESTRUTURA	
ARMAZENAMENTO EM NUVENS	21.730,00
CERTIFICADOS DIGITAIS	5.600,00
CONDOMÍNIO	386.497,39
DEPRECIACÃO DO IMÓVEL	104.055,26
ENERGIA ELÉTRICA	2.786.319,48
LIMPEZA	6.915.172,86
LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	8.237.698,92
MANUTENÇÃO PREDIAL	4.716.988,67
RESSARCIMENTO AO CEDENTE	537.529,41
SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	478.327,30
VIGILÂNCIA ELETRÔNICA	426.880,65
VIGILÂNCIA OSTENSIVA	1.117.798,53
TOTAL	25.734.598,47

CONSOLIDAÇÃO DOS SUBGRUPPOS	VALOR	%
Bens Móveis e de Outras Naturezas	26.100.445,62	3,9%
Força de Trabalho	561.251.939,18	84,9%
Gestão Administrativa	47.218.864,07	7,1%
Gestão da Frota	685.447,63	0,1%
Infraestrutura	25.734.598,47	3,9%
TOTAL	660.991.294,96	100,0%



FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA	291.235.771,44
ATENDIMENTO AO PÚBLICO	369.755.523,53
TOTAL	660.991.294,96

